

POR UMA ÉTICA CRIANCEIRA DAS CIDADES

Carolina Clasen¹
Eduardo Rocha²

Resumo

No intento de dar pistas que tangenciam a multiplicidade das condições urbanas contemporâneas, a principal reflexão discorrida aqui é diante da proposição de uma escala da experiência da rua que se faz adversa ao que vem sendo indicado na hegemonia dos usos do espaço público. O eixo dorsal para uma experiência em devir, que se faça a partir de uma ética cranceira para a multiplicidade, são corporalidades *in-fantis* – crianças na faixa etária de até 12 anos. E à ética e suas relações agenciadas com a urbanidade, são recorridos os autores da filosofia francesa contemporânea: Spinoza, Gilles Deleuze e Agamben.

Palavras-chave: urbanismo contemporâneo, ética, crianças, infância.

Abstract

In the attempt to give clues that touch on the multiplicity of contemporary urban conditions, the main reflection discussed here is the proposition of a scale of street experience that is adverse to what has been indicated in the hegemony of the uses of public space. The dorsal axis for an experience of becoming, from a childish ethic to multiplicity, are *in-fantis* corporealities - children in the age group of up to 12 years. And to the ethics and its relations agenciadas with the urbanity, are crossed the authors of the contemporary French philosophy: Spinoza, Gilles Deleuze and Agamben.

Keywords: contemporary urbanism, ethic, children, childhood.

¹ Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-graduação PROGRAU/UFPel (2018), é formada em Artes Visuais pela mesma instituição em 2014 e atua nos Grupos de Pesquisa CNPQ Cidade + Contemporaneidade e Patafísica: Mediadores do Imaginário. E-mail: carolina.mescla@gmail.com

² Arquiteto e Urbanista, Prof. Dr. no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU), Universidade Federal de Pelotas (UFPel). E-mail: amigodudu@gmail.com



Figura 1 - Deslocamento 20. Foto: Liège Budziarek. Pelotas, 2018.



Figura 2 - Deslocamento 20. Foto: Liège Budziarek. Pelotas, 2018.



É na contemporaneidade que estão instalados os desdobramentos para as corporalidades infantis aqui investigadas e suas relações com a cidade, devido às interposições espaço-temporais que acirram a proposta moderna hegemônica da vida pública. No deslocamento de crianças pela *urbe* estão os disparadores para questões desdobradas na configuração do corpo na sua assimilação da rua. Porém, destituímos as compreensões da sociologia da infância acerca de recortes identitários, buscando a diluição da experiência da criança nos estados afetivos das afetações de tais forças *crianceiras*. Como estado aberto às multiplicidades da vida pública, a *criançação* é um conceito desdobrado em devir, na impossibilidade de transformá-lo em exercício corporal, mas na condição de experienciá-lo enquanto tal. Enquanto o devir, o que se sugere como seu movimento precedente, é uma gestualidade impossível de imitação (DELEUZE, 1994).

Atrelada à compreensão da experiência urbana, estão as medidas de deslocamento diretamente pautadas nos modos de vida pela produção capitalística (ROLNIK, GUATTARI, 2010). Onde a voz das crianças é abafada, já que nem suas pernas alcançam às máquinas, nem seu deslocamento é economicamente ativo. A condição *in-fanti* é trazida na reiteração da incapacidade narrativa da faixa-etária e discutida no plano do devir-criança, através de atravessamentos de uma *criançação* urbana que se faz em potência gestual, contrariando as formas discursivas requeridas pela experiência.

Essa condição discursiva é enfrentada como propriedade da experiência já que há uma in-fância como lugar anterior à palavra, que não é linear. Agamben (2005) abre o espaço entre corpo e discurso, questionando o recorte identitário da criança. Já que o problema da experiência se pauta não à sua apropriação narrativa, mas no conhecimento da própria experiência transmutando a experiência do corpo pela experimentação dele – o que envia, diretamente, a vivência do acaso para a construção de hipóteses e, com isso, retira da criança o poder da experiencição da própria vida, na incapacidade de narrá-la.

Justamente no limiar de uma experiência que se faça a partir do corpo e sem a intenção de desdobrá-la em um objetivo (de deslocamento, de produção de conhecimento, etc.) que reside a potência de um invenção em resistência à lógica formalista urbanizadora das cidades. A ética *crianceira*, concilia o dissenso da vida pública na fratura que aparta o corpo do discurso.

Uma das perguntas disparadoras da escrita é: o espaço coletivo pode ser reinventado a partir de uma ética *crianceira*? Neste movimento, o que se aprofunda especialmente é um direito à cidade que se consolida numa experiência do devir-criança que não está delimitada à faixa-etária em questão, mas é potencializada pela vivência de crianças de até 12 anos expostas ao devir urbano.

A atenção ao recorte etário demanda, constantemente, desdobramento na investigação que atenda aos deslimites da experiência inventiva da criança mas não recaia no vocabulário romantizado das questões *crianceiras*.

É através das corporalidades infantis que a análise é autorizada na composição de além de funcionalizar tais corpos, operar um plano de diferenciação que está na dita ordem ética, na permanente reiteração no que tangencia corporificações contra-hegemônicas da contemporaneidade. O contraponto não se faz como enfrentamento da moral, mas do consenso dos espaços pautados nas forças do Estado. Como chegar ao máximo de paixões alegres e transgredir sentimentos ativos? Como conseguir forjar ideias adequadas, de onde decorrem, precisamente, os sentimentos ativos? São livres estes sentimentos, na incapacidade narrativa deles? Como devir consciente de si mesmo, *in-fanti*? Partimos das interrogações como problemática que instaura no processo de pensamento inefável, indefinido, diferente para rasgar o verbo ser em um vir a ser que é inerente ao acaso das travessias da cidade, das interações com espetáculo.

Nas condições minoritárias, os devires, que se faz possível uma reorientação para a montagem do mapa dos desejos da cidade. Consolidando afetos e suas potências de agir *in loco*. O percurso teórico assume o controle do corpo para expurgar sua gestualidade e produzir cartografias do espaço da criança na cidade como um vetor de diferenciação ética urbana.

Existe um protótipo que a cidade comporta já sabido de antemão. A pergunta retomada do filósofo Baruch Spinoza (1632-1677), “O que pode um corpo?” que é reiterada na escala da ética *crianceira* em diversos movimentos da investigação, no sentido de entender a ambivalência da potência na produção originária das cidades e da incorporação dos espaços públicos. É por isso que a proposição teórica adentra a carne e, embora não se proponha a uma ontologia da corporeidade, requer profundo estudo epidérmico. Dito isso, se pretende aqui o transbordamento. Desbordar da cidade uma ética *crianceira*.

Estabelecida de antemão uma perambulação pelos territórios da arte e da contemporaneidade que fazem parte da paisagem da cidade, a intenção de demonstrar tais territórios através de suas configurações éticas, sugere dar a ver instituições que permeiam a formação do corpo da criança no sentido da ampliação de suas potências e afetos primitivos ou primários, a saber, a alegria, a tristeza e o desejo.

A intenção é mover-se em diferentes escalas para discutir as dissonâncias latentes no gesto da criança. Como já introduzido, em um primeiro momento, adentrar as cidades em suas rupturas *crianceiras* indagando a potência de diferenciação em cada um destes rebentos. Seja na construção de espaços da criança, ou em espaços escolares construídos diretamente para a contenção delas, por exemplo, o espaço suplica uma ética corpórea.

Arcar com a filosofia como processo criativo é pressupor o perigo das consequências da própria criação, “quando a imanência pura suscita, na opinião, uma forte reprovação instintiva, e a natureza dos conceitos criados ainda vem redobrar a reprovação” (DELEUZE & GUATTARI, 1992); permitindo que os referenciais críticos da cidade deem lugar aos delírios urbanos, reelaborando a objetividade cívica, traindo a sua identidade cidadã e retomando a ética porvir.

A necessidade da articulação com as teorias da diferença está na produção de territorializações para outras possibilidades urbanas quando transmuta as brechas cotidianas e as reterritorializa como artefato sociológico, uma produção de multiplicidade (DELEUZE; GUATTARI, 1992) que é potencializada em devires (delírios) urbanos como uma extensão corpo/matéria, o processo em deslocamento e desbordamento.

A diferença está em conflito com a identidade, já que a responsabilidade da identidade é a de construir um recorte estável afastando as contradições estruturantes de diferenciação (DELEUZE, 2006). A partir da diferença os movimentos são além de instáveis, quase descaracterizados, o que reafirma o privilégio da construção da identidade, já que constitui uma acomodação dos idênticos e uma dada segurança discursiva. Para isso, a filosofia da diferença configura um plano imanente que tende a propor ações de pensamento entre a diferença e a repetição, no sentido de alargar as convenções, rasgar, contrapor, expurgá-las de si através destes próprios movimentos. Na obra intitulada *Diferença e Repetição*³ Gilles Deleuze se preocupa em discorrer esse e.

O espaço entre um acontecimento e outro. E esse percurso teórico é trazido como vetor para a busca do devir, pois é na diferença onde o dado é dado, cito: “a diferença não é o diverso. O diverso é dado.” (DELEUZE, p. 361, 2006). Ou seja, a proposição cartográfica crianciera está na intensidade e possibilidade de diferenciação capturada do ser, que “dessa profundidade intensiva, desse *spatium*, saem ao mesmo tempo, a *extensia* e o *extensum*, a *qualitas* e o *quale*.” (DELEUZE, p.375, 2006) como infortúnio teórico para a criatividade táctica. Na propulsão inicial da produção de outra escala quando não se acredita chegar a topologia do fenômeno em devir-criança, mas ao número mais próximo do fenômeno. Na captura do gesto da diferenciação, a filosofia da afirma:

Toda a diversidade e toda a mudança remetem para uma diferença que é a sua razão suficiente. Tudo o que se passa e aparece é correlativo de ordens de diferenças: *diferença* de nível, de temperatura, de pressão, de tensão, de potencial, *diferença de intensidade*. (DELEUZE, p. 361, 2006)

Dessa forma, o desejo de mergulhar na dessemelhança *crianciera* que se produz no espaço público torna imprescindível uma gestologia. Um momento antes do movimento cartográfico que constitui regras. O plano de imanência e os conceitos que estão pautados pela diferença, assim como afirma Deleuze, é princípio constitutivo da natureza dissolvendo a determinação, é este impulso primeiro da invenção teórica proposta aqui.

A reforma modernizadora (JACQUES, 2012) perpassa cuidadosamente pelo corpo e, por isso, olha de longe mesmo quando atua intrínseco a ele. Através do plano percorrido neste artigo, é permitido adentrar a carne da pesquisa no urbanismo

contemporâneo pela sua pele, examinando seu suor. Esse suor é o que se extrai da cidade quando acarretada pelos seus desvios de ordem ética. Por exemplo, quando a produção hegemônica das cidades em sua práxis está sob abrigo dos argumentos da modernidade, o corpo da criança intenta narrativas do jogo do corpo que se faz na ruptura do discurso público. Sugere-se que é na desorientação do tempo e da experiência *ética* que se impõe uma cidade criada.

O afunilamento do conjunto de questões práticas e conceituais revezadas são, sem dúvida, fortalecidos através da produção de pensamento errática, crianciera, inventiva e por isso, compõem igualmente o plano imanente.

Então, é a partir de dois conceitos principais para a estrutura do plano imanente que são estreitados os desdobramentos da ciência reguladora das cidades: contemporaneidade e devir-criança. Dita reguladora porque se propõe no controle das ocupações e das formas de utilizar o espaço, reafirmada como ciência porque se faz no erro. Não esqueceremos o erro, o deslize, o exagero. É válido afirmar uma certa errância cívica que constitui as cidades. Em importante obra enunciada pela área do urbanismo mas apropriada desenfreadamente pela arte, denominada Walkscapes⁴, é estimulada a vivência à margem das mais elementares regras civis e urbanas (CARERI, 2013) como uma prática contemporânea emergente, a fim de romper os ciclos da historiografia cidadina.

Os conceitos de contemporaneidade e devir-criança são abordados a partir da filosofia da diferença, quando o primeiro é “a relação com o tempo que a este adere através de uma dissociação e um anacronismo” (AGAMBEM, 2009, p.59) e o segundo “ruptura propositiva, condição inventariante da ordem do desejo que se produz para ativar a coexistência dos tempos” (DELEUZE, 1997, pg. 11). Os dois filósofos retomam questões de Nietzsche (1844-1900) para escavar o problema do tempo e reiteram uma questão que não é do tempo cronológico, que não quer dizer voltar a ser criança, ou posicionar-se contemporaneamente na ordem histórica, mas tangenciar a produção corpórea infantil que potencializa a desordem temporal e assim estar atento para o que está sendo produzido fora da luz. Esse agenciamento se configura como um alargamento do tempo como acontecimento de diferenciação, indiscernibilidade contemporânea crianciera onde não haja possibilidade de distinção com a paisagem, na suposta alegria ética como o correlato da afirmação especulativa (SPINOZA, 2009, p. 78) da cidade contemporânea.

Em Nietzsche, a condição de devir-criança é denominada por Zarathustra como terceira condição e é a afirmação do vir-a-ser, a recusa do que foi, do que é e do que será. No mesmo autor, é importante assinalar “a criança é a inocência, e o esquecimento, um novo começar, um brinquedo, uma roda que gira sobre si, um movimento, um sagrado dizer sim” (NIETZSCHE, 2016, p. 39) onde o esquecimento não está em oposição à memória mas como acesso às vontades primeiras.

O devir, em Deleuze, se produz como experiência marginal, sempre minorizada, afastada do centro, como um rompante que entra e sai do discurso hegemônico rasgando os estratos. Lembremos que Spinoza pergunta: “o que pode um corpo? De que afectos ele é capaz?” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 83) na projeção de que tudo acontece no encontro, na relação direta da cidade e do corpo “uma confiança sem interlocutor possível” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 11) e essa questão pode ser sobreposta, talvez, ao ponto de Giorgio Agamben que ainda dá uma segunda pista sobre a definição da contemporaneidade: é quando fixamos nosso olhar para o escuro (AGAMBEM, 2009, pg. 62).

³ Diferença e repetição. Tradução de Luiz Orlandi, Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2ª ed., 2006.

⁴ CARERI, Francesco. Walkscapes: El andar como prática estética. Barcelona: Gustavo Gili, 2002.

Assim, o devir-criança é o processo, a transição e a impermanência, o encontro com o escuro e no escuro. A própria condição de devir que é retomada como o mergulho no caos em Deleuze, está assimilada à intempestividade contemporânea. O autor Jorge Larrosa Bondía convoca o devir às suas escritas (LARROSA, 2002) sobre a experiência e a educação como o alargamento da fratura do novo em que a criança não cumpre nada, não realiza nada, não se antecipa, nem se projeta, nem se determina, ela é um limite, um intervalo. (LARROSA, 2002, p. 116). E acrescenta: “A criança abre um devir que não é senão o espaço de uma liberdade sem garantias, de uma liberdade que não se sustenta mais sobre nada” (LARROSA, 2002, p. 117). Esse prêmbulo é, talvez, a maior justificativa do recorte etário: resumir os imprevistos da infantilidade.

A experiência em devir está e dá ordem de aliança não só como articulação dos meios mas também quando questiona e incorpora a cidade, é desta maneira que se configuram cartograficamente os trajetos das crianças. Cito, “Se a evolução comporta verdadeiros devires, é no vasto domínio das simbioses que coloca em jogo seres de escalas e reinos inteiramente diferentes, sem qualquer filiação possível” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p.19); fazendo para a cidade e sendo perguntada por ela mesma, a pergunta em ação: o que pode um corpo? Estado de corpo incorpóreo, a cidade “lançada num devir-criança que não é eu, mas cosmos, explosão de mundo: uma infância que não é minha, que não é uma recordação, mas um bloco, um fragmento anônimo infinito, um devir sempre contemporâneo” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 129). E, ao orientar o plano de escrita sobre estes dois conceitos, há um convite à uma brincadeira urbana.

O devir é conceituado pelos franceses Gilles Deleuze & Félix Guattari a partir de Kafka e está na ordem do desejo (máquinas desejantes ou agenciamentos). É através do Cristianismo, no capítulo três - intitulado “Selvagens, bárbaros e civilizados” - do livro O Anti-Édipo que se dá um dos exemplos desta produção desejante:

São os dois aspectos de um devir do Estado: a sua interiorização num campo de forças sociais cada vez mais descodificadas que constitui um sistema físico; e a sua espiritualização num campo supraterrrestre cada vez mais sobre codificante, que constitui um sistema metafísico. (DELEUZE; GUATTARI, 1972, pg. 153)

Quando agitações de pensamento do percurso imanente retomam o desejo, o que está sendo ponderado, através da filosofia da diferença, são vestígios, sedimentos, acúmulos, coágulos, dobras que compõem o corpo estratificando-o com as forças maquínicas. São emprestadas novas noções da área da geografia para entender tal estratificação desejante, em versões molares e moleculares, em seus três grandes grupos: físico-químico, orgânico e antropomórfico. No caso dos estratos, é acertada a análise da dupla articulação antropomórfica de fala e gesto. Essa arqueologia gestual dos devires a que vai se configurando a cartografia adentrada, reafirma a predominância do conteúdo, da linguagem, na produção dos discursos da contemporaneidade. Intentamos uma ordem nesta perambulação: devir, gesto, narrativa.

A interseção das duas áreas, urbanismo e filosofia, se fazem na intenção errante e reafirma a sobrevivência da experiência urbana criancieira como espectro que ronda a apropriação pública, que está porvir. A pergunta “como por ordem na confusão caótica?” é substituída por “como é o caos?”; transcendendo a desordem malsã do racionalismo de organização (LEFEBVRE, 1968) possibilitando a constituição da paisagem pelo que subentende esse caos, à ordem de afecções e percepções do pensamento.

A constituição dos espaços está muito enfaticamente tratada a partir das condições do regime Modernista arquitetônica, suas formas e o legado possível dessa escola. Neste sentido, é importante suporte teórico o sociólogo Henri Lefebvre, quando trata:

Toda a realidade urbana perceptível (legível) desapareceu: ruas, praças, monumentos, espaços para encontros. Foi preciso que fossem até o fim de sua destruição da realidade urbana sensível para que surgisse a exigência de uma restituição. Então, viu-se reaparecer timidamente, lentamente, o café, o bar, o centro comercial, a rua, os equipamentos ditos culturais, em suma uns poucos elementos de realidade urbana. (LEFEBVRE, 2001, p. 27)

Mesmo que enunciado através do materialismo dialético, os livros de Lefebvre discutem a reprodução do espaço urbano no que afirma-se nesta escrita, ser cruzamento com a constituição de uma gestologia dos espaços, necessária para as condições éticas tramadas. Assim, no filósofo Foucault, é possível compreender a constituição do Estado moderno, como a gênese e o desenvolvimento das novas relações de produção capitalistas, leva à instauração da anátomo-política disciplinar e da biopolítica normativa enquanto procedimentos institucionais de modelagem do indivíduo e de gestão da coletividade; em outras palavras, de formatação do indivíduo e de administração da população. Apresentam-se agora espacialidades que se concretizam com as relações, é uma sugestão de receptáculo que o corpo atua como parte, despolarizando os olhares e direções – dentro, fora.

O objeto de pensamento está localizado aí. Na produção de uma ordem ética que se faça provisória, instantaneamente nos diferenciamos e nos repetimos para romper a ordem da representatividade que se faz permanente e imutável em sua estrutura absolutamente lógica. O que se pretende como pulsão de um tratado das cidades a partir da *differancè* (DERRIDA, 1991) é o que Foucault (1978) caracteriza “uma ontologia crítica de nós mesmos”, apresentando a diferença como um acontecimento já que o acúmulo de conhecimento historiográfico não nos constitui por si, mas sim um permanente experimento do rompimento de um dado presente, refletindo sobre “hoje como diferença na história” (FOUCAULT, 1978). Neste vértice que intersecciona três diferentes é a infância contemporânea, que está na dimensão do inefável, do irrelato e do inconexo (AGAMBEN, 2005), que dá condições à produção de uma descontinuidade histórica e diferença tática:

Tudo no traçado da diferença é estratégico e aventureiro. Estratégico porque nenhuma verdade transcendente e presente fora do campo da escrita pode comandar teologicamente a totalidade do campo. Aventureiro porque essa estratégia não é uma simples estratégia no sentido em que se diz que a estratégia orienta a tática a partir de um desígnio final, um telos ou um tema de uma dominação, de um controle ou de uma reapropriação última do movimento ou do campo. [...] Se há uma certa errância no traçado da diferença, ela não segue mais a linha do discurso filosófico-lógico [...].(DERRIDA, 1991, p. 38)

Tratando desta forma, que as condições diferenciadoras sejam vetores do plano imanente instaurado de uma criação urbana, forças moleculares (DELEUZE, 1995) dão a ver o menor - com seu forte coeficiente de desterritorialização (DELEUZE; GUATTARI, 2014). Isto dado porque o pensamento filosófico é criação e se dá através de retratos mentais noéticos maquínicos (DELEUZE, 1995, pg. 68), o que desfaz o limite histórico e produz um esboço de dimensão *ética-estética* (GUATTARI, 1999, grifo meu). A filosofia em detrimento da história da filosofia. Está aqui o acontecimento historiográfico que se busca na cidade contemporânea, o intervalo, o descontínuo, o devir cidade criança.

No destrinchamento do objetivo, continuamente foi proposta a inversão e a transformação do enunciado de uma experiência urbana que participa da formação da criança, para que ela faça parte do que é público, em um paradoxo niilista heterotópico.

Não há uma destruição da infância em questão, mas do modo. Compreenderam-se deslizes teóricos na produção bibliográfica que se preocupa com o tema e deforma o corpo da criança, reforma os espaços da cidade que, predominantemente, estão atrelados à uma escamoteação da vida urbana e, sobretudo, da vida pública e sua multiplicidade. No intento n-1, cabe a diferença no devir?

Essa impulsividade propulsora da destruição é reação de um corpo que não tem lugar na *pólis*, o corpo da criança é o que a cidade mais precisa e, ao mesmo tempo, o que o urbano não pode suportar. Já que, uma rua que é preparada para receber crianças é projetada em sua multiplicidade de acontecimentos. Porém, essa multiplicidade instaurada dá suporte para a desestabilidade. A criança questiona, interpela, a faz lembrar do que ela pretende ter deixado atrás e não quer recordar. Então, a criança que se faz aqui é a pergunta como linha primeira de construção discursiva, onde e quando a constituição *civitas* não é perguntadora e tampouco faz novas perguntas.

O pensamento talvez tenha mais infância disponível entre os de 35 anos que entre os de 18, e fora do curso de estudos mais do que entro. Nova tarefa para o pensamento didático: buscar sua infância em qualquer parte, inclusive e fora da infância. (LYOTARD, 2005.)

Há a necessidade de reafirmar os sentidos denominados para a infância. Em estudo e aproximação da infância e da filosofia, Walter Kohan (2015) sugere que sejam dois os sentidos dessa construção infantil. Uma proposição interessante está que a infância possa estar fora da infância. Significa que, como começo, interrupção, estrangeiridade do pensamento, pode estar fora da idade cronológica que costumamos demarcar como infância, mas instaura um processo de pensamento filosófico que só a partir desse estado infantil seria possível. É através desse estado que se deseja percorrer urbanidades na busca pelo devir-criança como propulsor do devir urbano.

Portanto, a condição alternada à criança que se funda cidadã, está na ordem da ética fundamentada em Spinoza (2009) quando nos diz que a liberdade se forma na potência interna de agir, na efetividade do corpo político, quando o fortalecimento desta potência está em sua instigação, motivação, mobilização corporal - para o mundo e com o mundo. A criança que perambula as calçadas não circula por estatutos e legislações do corpo cidadão apenas, mas transita o conflito imanente do seu controle enquanto ser menorizado e insuficiente de faculdades.

Avigília e a punição da criança tornam-se desvantagem por duas vias: a) da normatização do corpo; b) da visão de sua incapacidade semântica. Destas vias surgem as narrativas entre a experiência e a linguagem e é na possibilidade inefável onde as corporalidades infantis evidenciam a realização autônoma da enunciação dos espaços públicos. Esta anotação não é feita em oposição às experiências dos adultos, mas na produção de diferença possível para a reprodução de uma cidade que se faça mais comunitária. Esse devir, essa infância não cronológica nos ocupa e assumir o controle pelo qual o corpo passa cotidianamente é avizinhar-se desse estado de devir. Na impossibilidade do relato a experiência é potencializada em suas afecções. O que pode expurgar por um corpo em seus intervalos desejanter?

Logo, as relações estabelecidas pelas crianças, habitam a ética crianceira a cláusula da diferença. Os vetores criança x criança, criança x espaço institucional, criança x

adultos se confrontam e alternam seus potenciais de diferenciação durante a pesquisa. É importante reiterar continuamente que a infância se reafirma como modo de vida não em seu ordenamento cronológico e é na urgência de reinvenção do uso da instituição que se configura como pública que abandonam-se perspectivas que tratam categorias de pesquisa de recorte etário ou visibilidade social. Não há a presunção de dar voz a outrem. As convenções corpóreas e cognitivas dão lugar para o entendimento da infância em seu lugar oportuno entre experiência e linguagem (AGAMBEN, 2005). Já que, assim como devir, a infância contemporânea é uma experiência do mundo mais nítida sob esfera ética que moral, embora ainda predominantemente discutida através da segunda.

Na atenção às diferenças a configuração dos espaços se faz na busca do devir como estudo do gesto *crianceiro*, porém “não se trata de interpretá-lo. Trata-se antes de detectar sua trajetória para ver se pode servir de indicador de novos universos de referência suscetível de adquirir uma consistência suficiente para revirar uma situação” (GUATTARI apud DELEUZE 1997, p.77-78). O devir como excreção experimental da cidade é sobretudo destrutivo. Porque, devemos compreender, que a condição devir não está submetido às regras da identidade e semelhança, o inconsistente requer cuidado para que não se pretenda como representação da diferença, mas em sua potência subversiva. O que se espera demonstrar com o já citado traçado imanente é sim uma incorporação da diferença, tendo a diferença sua ordem de acontecimento, de relação, de um incorporal, é agenciado como propulsor do plano imanente uma diferenciação que “se encarne e se efetue nos corpos” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 29).

São através de marcos teóricos da década de sessenta que se materializam intercessores para a compreensão das corporificações produzidas e produtoras das cidades, por trazerem à tona rupturas que, de certa forma, se consolidaram - ainda que no âmbito teórico. Nessa linha, o que está em jogo com a discussão do direito à cidade intrínseco ao tema da pesquisa é também o de efetivar o corpo singular no espaço, que se faça em sua individuação, em seus processos singulares na inserção coletiva-social como forma de apontar as lacunas a serem ocupadas na esfera pública. Importante para a constituição da vida urbana, o corpo dá a ver em que medida esse direito, com amparo constitucional, se efetiva na instituição pública. Quais as brechas abertas pelo e para uma cidade que se faça de direito dos corpos na escala de uma ética crianceira? Os dois conceitos [devir e direito] compartilham o dorso desse plano conceitual e constituem caminhos de ida e volta ao outro. É inevitável discutir o direito ao devir sem o devir por direito.

Em Henri Lefebvre, seus desdobramentos, ou enunciado por Boaventura Santos, ficam latentes as contradições do processo de modernização do modo de vida onde na busca da regulamentação, a instituição maquínica (DELEUZE, 1995) desconsidera que a cidade e o corpo são dois organismos em constante movimento. A regência do espaço estrutura de maneira totalitária - há um sentido de colonização, organização, estruturação e integração - a vida da rua, são necessárias experiências entre um e outro ponto regente como pulsão limítrofe desconstrutiva da homogeneização encontrada na urbanidade.

Na contemporaneidade, é possível pensar no devir como lugar da multiplicidade? Tratado em sua noção de despersonalização no massacre da cultura homogênea, pode o lugar, na sua resignificação ética efêmera contemporânea, ganhar dimensões de comunicação da realidade, mas não de representação dela. Logo, o movimento para pensamento final recomenda fraturas gestuais da ética crianceira, que reivindica uma paisagem da multiplicidade na cidade contemporânea.

Chamo de servidão a impotência humana para regular e refrear os afetos. Pois o homem submetido aos afetos não está sob seu próprio comando, mas sob o do acaso, a cujo poder está a tal ponto sujeitado que é, muitas vezes, forçado, ainda que perceba o que é melhor para si, a fazer, entretanto, o pior. (SPONIZA, 2009, p. 126)

Referências bibliográficas

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix – *Kafka: Por uma literatura menor*. Trad. Cíntia Vieira da Silva. Edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

DELEUZE, G. *O que as crianças dizem?* In: G. Deleuze (Org.). *Crítica e clínica* (pp. 73-79). Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997.

DELEUZE, G. *A Imanência: uma vida*, in *Philosophie*, n. 47 1995, p. 3-7.

DELEUZE, G. *Espinosa*. Filosofia prática. São Paulo: Escuta, 2002.

DELEUZE, G. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DELEUZE, G. *Diferença e repetição*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DELEUZE, G. *O abecedário de Gilles Deleuze*. Entrevista com G. Deleuze. Editoração: Brasil, Ministério da Educação, TV Escola, 2001. Paris: Éditions Montparnasse, 1997, VHS, 459min.

DELEUZE, G. *A ilha deserta e outros textos*. Organização de Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Iluminuras, 2006.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia*, vol. 1 / Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. 1 ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. 94 p. (Coleção TRANS).

DERRIDA, Jacques. *A diferença*. In: *Margens da filosofia*. Tradução Joaquim Torres Costa e António M. Magalhães. Revisão técnica Constança Marcondes César. Campinas, SP: Papyrus, 1991. p. 33-63.

SPINOZA, Benedictus de, 1632-1677. *Ética / Spinoza* ; [tradução de Tomaz Tadeu]. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

LYOTARD, Jean-François. *O inumano: considerações sobre o tempo*. Lisboa: Estampa, 1989.

STRAUVEN, Francis. *Aldo Van Eick: The shape of Relativity*. Publisher Architectuta & Natura: 1998.